

DINÂMICA RECENTE DOS PIBS *PER CAPITA* REGIONAIS: QUANTO TEMPO PARA CHEGAR EM 75% DO PIB *PER CAPITA* NACIONAL?

Bruno de Oliveira Cruz¹

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade regional no Brasil é quase sempre ilustrada pelo diferencial de produto entre as regiões brasileiras. Alguns estados, como Maranhão e Piauí, representam apenas 35% da renda *per capita* nacional.² Esta desigualdade, em termos de produto *per capita*, tem sido uma das principais justificativas para a formulação de planos e projetos com vista à minimizar essas disparidades em termos territoriais. Na Constituição Federal, a redução das desigualdades regionais consta entre um dos objetivos da República brasileira, ainda que pouco se debata qual o nível desejado de desigualdade a ser atingido.

Na União Europeia, um critério aplicado na política regional dentro do chamado “objetivo 1” de convergência de política regional é que regiões mais pobres atinjam o nível de 75% do PIB *per capita* da região.³ Olhando para a economia brasileira e tendo o valor limite de 75% do PIB nacional, quais seriam os resultados esperados?

É sabido que na última década, a economia brasileira registrou um crescimento do produto *per capita* dessas regiões periféricas acima da média nacional.⁴ Além disso, boa parte da literatura econômica no final dos anos 1990 e início dos 2000, que discutia a questão da convergência ou divergência dos PIBs em nível estadual ou municipal, tinha como resultado mais frequente a convergência condicional de renda (ver, por exemplo, Oliveira *et al.*, 2012).⁵ Apesar destes resultados, a velocidade desta convergência seria bastante lenta, em comparação com outros continentes e países.

O objetivo deste artigo é mais modesto do que testar empiricamente convergência ou divergência, mas supor que mantido o atual padrão de crescimento das regiões periféricas

1. Técnico de Pesquisa e Planejamento da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

2. Desconsiderando qualquer revisão para diferenciais regionais em termos de poder de compra.

3. Assim, o objetivo 1 define, ao mesmo tempo, regiões prioritárias e também metas para a política regional, ou seja, regiões abaixo desse limite de 75% seriam elegíveis para políticas regionais. No Brasil, para o Norte e Nordeste, utilizando o valor limite de 75% do PIB nacional, apenas o estado do Amazonas e Rondônia estariam acima deste limite.

4. Para o caso brasileiro, conforme enfatizado anteriormente, o Nordeste teria o valor de 48% do PIB *per capita* nacional, e a região Norte 64% do PIB *per capita* nacional em 2010.

5. Para mais detalhes ver, por exemplo, Barro e Sala-i-Martin (1996), ou para uma avaliação da velocidade de convergência em modelos de crescimento com difusão de tecnologia, ver Cruz (2014).

acima da média nacional, estima-se o tempo necessário para que cada região (estado ou município) atinja o valor limite de 75% do PIB *per capita* nacional, mantido o desempenho em termos de taxas de crescimento das regiões periféricas com relação à economia nacional observadas na última década. A tabela 1 apresenta as taxas de crescimento das regiões no Brasil na década de 1990 e nos anos 2000. Fica claro que na primeira década deste século o Norte e o Nordeste cresceram acima da economia brasileira. Nos anos 1990, o destaque é o Centro-Oeste, com um crescimento anualizado de 7,3% do PIB.

TABELA 1
Taxas anuais de crescimento do PIB total (1990 e 2000)
(Em %)

Macrorregiões	Década de 1990	Década de 2000
Norte	1,3	5,6
Nordeste	2,1	4,4
Sudeste	2,4	3,1
Sul	1,5	3,6
Centro-Oeste	7,3	4,6
Brasil	2,5	3,6

Fonte: Ipeadata e IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: taxas anuais médias de crescimento entre 1990-2000 e 2000-2010. In: Resende (2014).

Certamente, a relação entre produto interno e bem-estar está no cerne das recentes discussões sobre alterações na metodologia de contas nacionais.⁶ Por exemplo, em nota recente do Ipea destacou-se a discrepância entre o crescimento do rendimento *per capita* e do produto *per capita*.⁷ Houve uma diferença ainda maior entre o crescimento da renda dos mais pobres comparados com o crescimento do produto no Brasil. Portanto, a associação direta entre crescimento do produto e bem-estar das famílias é, no mínimo, sujeita a fortes questionamentos. De toda forma, por ser uma variável disponível anualmente com abrangência nacional, pode-se justificar a análise realizada neste estudo.

Em termos de política regional, deve-se, também, ressaltar que a política regional europeia tem características peculiares bastante diferentes das brasileiras, e que este artigo não preconiza a utilização do critério dos 75% do PIB *per capita* como definidora de regiões prioritárias de políticas regionais. No entanto, os dados sobre a dinâmica dos PIBs pode ser balizador dos desafios que a política regional brasileira deverá encontrar nos anos por vir.

Este artigo está dividido em quatro seções. A seção seguinte apresenta, de forma mais direta, um sumário da relação entre produto e bem-estar: apresentam-se alguns dados regionais brasileiros, comparando o índice de desenvolvimento humano e o PIB *per capita* dos municípios e estados brasileiros. A seção 3 discute a dinâmica dos PIB estaduais e municipais, apresentando duas estimativas: a primeira para o tempo necessário para que os estados e municípios consigam atingir a meta de 75% do PIB *per capita* nacional; e a projeção dos PIBs *per capita* destas regiões, se for mantido o crescimento observado na última década.

6. Entre as diversas iniciativas, pode-se citar o relatório Sen-Fitoussi-Stiglitz, que surgiu de uma demanda da Presidência da República Francesa, em 2009, reunindo diversos especialistas para discutir possíveis mudanças na metodologia das contas nacionais. Os principais resultados foram sintetizados em Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009).

7. Ver Ipea (2013) e Neri (2012).

2 PIB E BEM-ESTAR: O BOM, O MAU E O FEIO?

A relação entre bem-estar e PIB *per capita* esteve muito em voga nos anos 1990, em especial a partir da criação do chamado índice de desenvolvimento humano (IDH). O argumento principal é que o PIB, que compreende a soma do valor dos bens e serviços finais de uma região, não seria uma medida adequada para o bem-estar das famílias, uma vez que haveria outras dimensões igualmente importantes como o meio ambiente, o nível de desigualdade e a forma como é distribuída esta produção; também não refletiria os níveis de saúde e longevidade, segurança e até mesmo a questão de quanto da produção efetivamente fica no país, ou seja, quanto desta produção seria enviada para o exterior para remuneração pela utilização dos fatores de produção não pertencentes ao país. Recentemente, tem ganhado destaque neste debate estudos que enfatizam a importância do “nível de felicidade” da população como forma de se medir, de maneira mais direta, o bem-estar das famílias. Em outras palavras, a medida de bem-estar seria muito complexa, possuindo diversas dimensões, e os economistas tenderiam a enfatizar excessivamente, ou algumas vezes de forma exclusiva, o PIB *per capita* como medida muito próxima ao bem-estar.⁸ A discussão evoluiu bastante, até ao nível de se formar uma comissão composta pelos economistas J. Stiglitz, A. Sen e J. Fitoussi para debater o tema e as possíveis alterações nas mensurações econômicas para que esta pudesse medir, de forma mais precisa o bem-estar da população (ver, por exemplo, Ravallion, 1997 e Fleurbaey, 2009 ou ainda o relatório final da comissão Fitoussi-Sen-Stiglitz).

Um exemplo desse debate entre o crescimento do nível de produto *per capita* em contraposição ao bem-estar das famílias pode ser visto na discussão sobre a “qualidade do crescimento”. Alguns países apresentariam na visão desse debate um bom crescimento, crescimento com melhoria de indicadores sociais em contraposição ao mau crescimento, o crescimento do produto *per capita* sem efetiva melhoria de indicadores sociais (Ravaillon, 1997). Em especial, a partir do lançamento do IDH, tal debate se acirrou na academia. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) teria separado países com crescimento econômico elevado, mas que não se refletiu necessariamente em aumento do IDH, e outros que tiveram crescimento baixo, mas por outro lado apresentaram um elevado crescimento do índice. Assim, o PNUD concluiria que haveria dois tipos de crescimento, o bom e o mau, dependendo do comportamento do IDH.

Como ressalta Ravaillon (1997), a dificuldade com esta interpretação é que não necessariamente o IDH crescendo pode refletir uma melhoria dos demais componentes, pois pode haver uma substituição destes, por exemplo, como o PIB *per capita* integra o IDH, poderiam existir regiões que “compensariam” a queda em indicadores educacionais ou de saúde por um maior crescimento do PIB *per capita*. Tal fato ilustra a abrangência dessa questão com diversas dimensões e a dificuldade de se medir o bem-estar com indicadores sintéticos.

A questão é ainda mais complexa quando se utiliza o PIB regional para tentar medir o bem-estar da população. Por ter uma escala menor, as regiões tendem a ser muito mais abertas ao comércio que os países, e o problema da renda líquida enviada ao exterior (da região) torna-se uma questão ainda mais grave, ou seja, a transferência de renda e a remuneração pela utilização de fatores de produção “estrangeiros” à região não refletiria o real nível de bem-estar dos residentes. Outro problema frequentemente levantado nas discussões

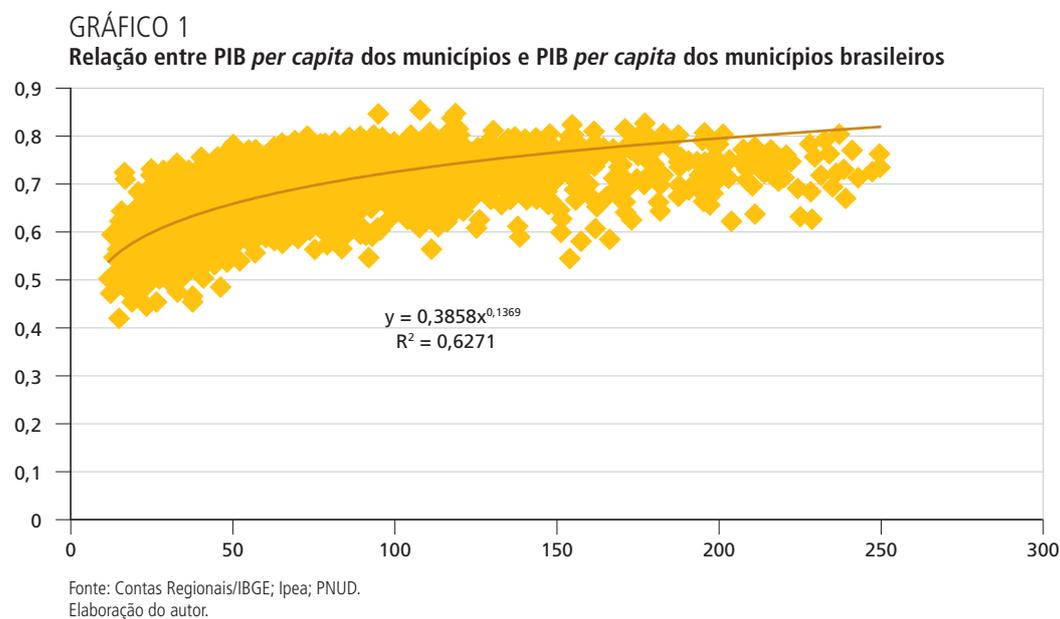
8. Uma famosa citação, atribuída ao presidente americano J. Kennedy resume, de forma anedótica, esse dilema entre PIB e bem-estar. Ele teria afirmado que qualquer medida que valorize armas e leite da mesma forma não seria adequada para medir a situação do povo de um país.

refere-se à paridade do poder de compra. Mesmo que tenha uma medida na mesma unidade monetária para todo o país, o poder de compra desta moeda em diferentes regiões é bastante diverso; seria necessário, assim, criar índices para a correção destes PIBs.

A despeito de todo o debate realizado, a utilização do PIB *per capita* para avaliação de política regional tem dois grandes méritos:

- 1) É um indicador anual produzido para todos os municípios brasileiros. Assim, é possível, ainda que de maneira indireta, acompanhar a evolução da dinâmica econômica dessas regiões.
- 2) O indicador tem forte correlação com a arrecadação própria dos municípios e também na transferência da chamada cota parte do ICMS, ou seja, ele é indicador da possibilidade de se oferecer mais serviços públicos por parte do município.

Assim, ainda que seja um erro tentar relacionar diretamente PIB *per capita* e bem-estar, o indicador, por estar disponível em nível de nacional e com periodicidade anual, é bom indicador de desempenho e da dinâmica econômica das regiões e de níveis de disparidade entre regiões.



Para ilustrar a complexa relação entre PIB *per capita* e IDH, o gráfico 1 mostra a relação positiva entre as duas variáveis para municípios brasileiros, tendo como eixo X o nível relativo do PIB *per capita*, e o eixo y como o IDH, o que certamente indica uma relação positiva entre nível de renda *per capita* e o índice de desenvolvimento humano para os municípios brasileiros, ainda que haja uma grande variabilidade nos dados.

Portanto, não necessariamente a separação em classes PIB x IDH seria de melhor utilidade que a utilização do indicador de produto e, como ressaltado acima, o PIB é indicador produzido com frequência anual e com cobertura para todos os estados e municípios brasileiros. Assim, ainda que “o bom, o mau e o feio” possam fornecer uma fotografia (ainda que não necessariamente nítida) dos municípios, a opção, neste trabalho, é pela utilização do PIB *per capita*, mantendo todas as ressalvas de se utilizar este indicador como medida de bem-estar. O PIB aponta, ainda que de que maneira imperfeita, o tamanho dos desafios a serem enfrentados pela federação brasileira, no que se refere à desigualdade regional.

3 DINÂMICA RECENTE DOS PIBS EM NÍVEL ESTADUAL E MUNICIPAL

Muito recentemente tem-se discutido o crescimento do PIB *per capita* da região Norte e Nordeste acima da média nacional. A tabela 2 apresenta os dados de uma projeção do nível de renda de cada estado do Norte/Nordeste em 2022, mantido o cenário da última década. A participação da região Norte passaria de 64,3% do PIB nacional para 73,2%; a região Nordeste, por sua vez, sairia de 48,4 para 53,8%. Todos os estados do Nordeste cresceriam, em termos *per capita*, acima da média nacional, conquanto Alagoas teve um crescimento bastante próximo à média nacional. Assim, em termos relativos, há pouca alteração no nível de renda *per capita* para este estado. A distância para o nível de 75% do PIB *per capita*, mesmo se estas regiões continuarem o processo de crescimento acelerado, ilustra o grau de desigualdade entre as regiões brasileiras: todos os estados do Nordeste estão abaixo de 75% do PIB *per capita* nacional e mesmo repetindo-se a *performance* positiva dos últimos anos, em 2022 nenhum deles atingirá também esta meta. Sergipe seria o estado que teria a maior renda *per capita* mas, ainda assim, apenas 66% da média nacional. No Norte, Roraima e Amapá são os únicos estados a não crescerem acima da média nacional. Mantendo a dinâmica atual, estes estados teriam uma redução relativa comparativamente ao PIB *per capita* nacional. Por outro lado, estimativas para Rondônia e Tocantins mostram que estes estados, mantidas as taxas de crescimento da última década, praticamente convergiriam para média nacional em 2022. Além disso, no Norte, o Amazonas, junto com Rondônia, são os dois estados destas regiões que está acima dos 75% do PIB *per capita* nacional em 2010. Pelo crescimento mais elevado, de Rondônia e Tocantins, projetando o quadro de crescimento atual, o Amazonas ficaria como o terceiro maior PIB *per capita* da região Norte.

TABELA 2
Estimativa do cenário 2022
(Em % do PIB *per capita* nacional)

Região/UF	Situação atual	Cenário 2022
Região Norte	64,30	73,15
Rondônia	76,30	97,80
Acre	58,50	62,07
Amazonas	86,80	88,13
Roraima	71,20	63,03
Pará	52,00	62,93
Amapá	62,50	53,45
Tocantins	63,10	92,82
Região Nordeste	48,40	53,80
Maranhão	34,80	41,10
Piauí	35,80	43,04
Ceará	46,60	50,23
Rio Grande do Norte	51,60	57,43
Paraíba	42,90	48,09
Pernambuco	54,80	62,53
Alagoas	39,80	40,12
Sergipe	58,60	66,35
Bahia	55,70	61,59

Fonte: Contas Regionais/IBGE.
Elaboração e estimativas do autor.

3.1 Tempo necessário para atingir 75% da média nacional

Para se calcular o tempo necessário para a região atingir a meta de 75% do PIB *per capita* nacional, aplica-se um cálculo bastante trivial. Sendo y_{it} o PIB *per capita* da região i no tempo t e y_{nt} o PIB *per capita* nacional, tem-se como meta que o valor do PIB *per capita* da região i atinja 75% da média nacional. Este valor será atingido dentro um tempo t^* .

$$y_{it^*} = 0,75y_{nt^*} \quad (1)$$

Por hipótese, assume-se uma taxa de crescimento média para a região, γ_i , e para o país, constante γ_n . Assim, pode-se reescrever a equação (1) como:

$$(1 + \gamma_i)^{t^*} y_{i0} = 0,75 (1 + \gamma_n)^{t^*} \gamma_{n0} \quad (2)$$

Rearranjando os termos:

$$\frac{(1 + \gamma_i)^{t^*}}{(1 + \gamma_n)^{t^*}} = 0,75 \frac{\gamma_{n0}}{\gamma_{i0}} \quad (3)$$

Assim,

$$t^* = \frac{\ln(0,75) - \ln\left(\frac{\gamma_{i0}}{\gamma_{n0}}\right)}{\ln\left[\frac{(1 + \gamma_i)}{(1 + \gamma_n)}\right]} \quad (4)$$

Desta forma, é possível calcular o tempo necessário para se atingir a meta de 75% do PIB nacional. Obviamente, para que o PIB *per capita* da região possa, de fato, convergir para 75% da média nacional, a condição necessária seria que a região cresça acima da média nacional, isto é, que $\gamma_i > \gamma_n$.

A tabela 3 apresenta estes dados para os estados da região Norte e Nordeste. Para a região Norte atingir a meta de 75%, mantendo o padrão de crescimento, isto é, mantendo o crescimento relativo acima da média nacional, a região levaria quatorze anos para atingir a meta de 75%. Contudo, Roraima e Amapá estariam em trajetória distinta, dado que cresceram menos que a média nacional. Há diferenças dentro da própria região, como o Acre, que precisaria de cinquenta anos para atingir o valor limite de 75%, enquanto para o Tocantins esta meta seria atingida já em 2015. No Nordeste, o diferencial é ainda mais claro: mesmo se mantiver o crescimento observado no passado recente, só se atingiria a meta de 75% do PIB *per capita* nacional nesta região em 2060. Ainda que todos os estados tenham crescido acima da média, Alagoas seria um caso em que praticamente não há convergência, sendo que o tempo para se atingir 75% da média nacional é de mais de mil anos.

TABELA 3
Tempo estimado para atingir 75% do PIB *per capita* nacional

Região/UF	Tempo estimado para atingir 75% do PIB <i>per capita</i> nacional (em anos) ¹	Ano em que será atingido 75% do PIB <i>per capita</i> nacional ²
Região Norte	14	2024
Rondônia	Já atingiu mais de 75% em 2010	
Acre	50	2060
Amazonas	Já atingiu mais de 75% em 2010	
Roraima	Cresceu menos que a economia nacional	
Pará	23	2033
Amapá	Cresceu menos que a economia nacional	
Tocantins	5	2015

(Continua)

(Continuação)

Região/UF	Tempo estimado para atingir 75% do PIB <i>per capita</i> nacional (em anos) ¹	Ano em que será atingido 75% do PIB <i>per capita</i> nacional ²
Região Nordeste	50	2060
Maranhão	56	2066
Piauí	48	2058
Ceará	76	2086
Rio Grande do Norte	42	2052
Paraíba	59	2069
Pernambuco	28	2038
Alagoas	1121	3131
Sergipe	24	2034
Bahia	36	2046

Fonte: IBGE.

Elaboração do autor.

Notas: ¹ Projetando-se a taxa de crescimento médio do PIB *per capita* observada na década de 2000.

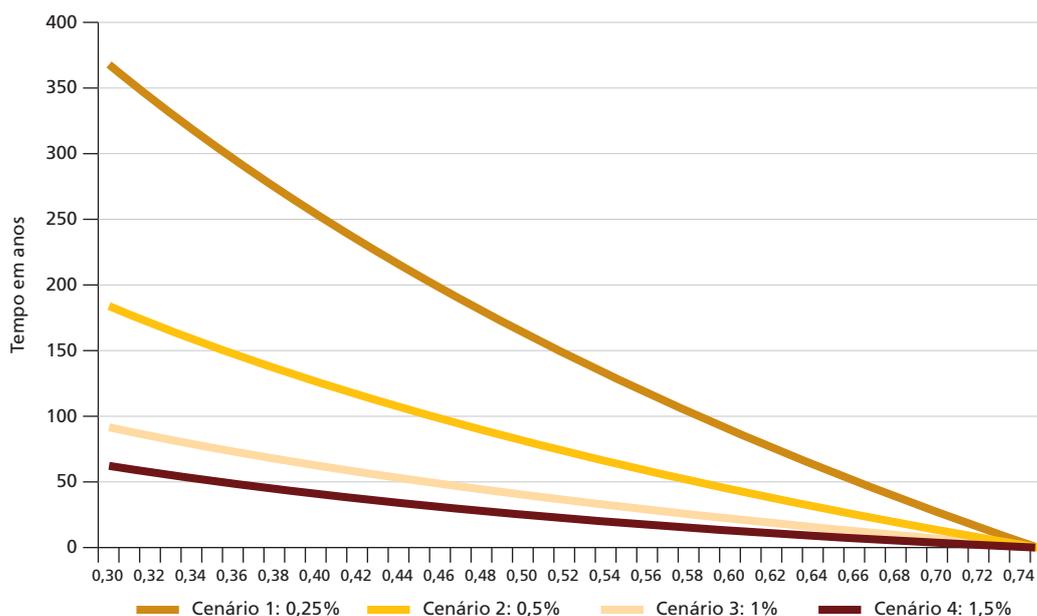
² Ano estimado a partir de 2010.

Uma questão importante para os formuladores de política seria a de como acelerar esse tempo de convergência, de como reduzir este tempo t^* para essas regiões mais pobres, objetivando atingir a meta de 75%. Este artigo não pretende elencar as diversas formas de aceleração da convergência, mas outro ponto interessante a ser debatido é: qual o fator mais importante para o tempo de chegada aos 75%, o diferencial inicial dos PIBs *per capita*, isto é, o nível atual das desigualdades ou as diferentes taxas de crescimento? Qual teria a maior influência nesse tempo necessário para atingir os 75% da média nacional? Em outras palavras, a dificuldade de convergência refere-se ao quadro histórico de desigualdade entre regiões no Brasil ou pela necessidade de acelerar ainda mais fortemente o crescimento das regiões menos desenvolvidas?

Em termos matemáticos, a questão também é bastante trivial, seria necessário apenas derivar a função t^* com relação ao diferencial inicial e a taxa de crescimento. É possível mostrar que, sob certas condições, o aumento relativo do crescimento da região tem um impacto marginal mais importante que diferenciais iniciais de níveis de PIB *per capita*. Em outras palavras, uma conclusão quase tautológica, mesmo que as desigualdades regionais sejam muito elevadas, caso se deseje elevar a aceleração da convergência, é necessário fazer com que regiões periféricas cresçam a taxas mais elevadas. O exemplo do gráfico 2 ilustra esta relação; no eixo X tem-se o diferencial de PIB *per capita* relativo da região e do Brasil, ou seja, o valor 0,3 significa que a região teria um nível de PIB *per capita* de 30% da média nacional. A simulação é feita para três cenários diferentes. O primeiro com 0,25% de taxa de crescimento acima da média nacional; assim, se o país tiver um crescimento do PIB *per capita* de 5%, a região em foco terá um crescimento de 5,26%, isto é, 1,0025 vezes a taxa de crescimento do PIB nacional. Desta forma, neste cenário essa região levaria mais de 350 anos para conseguir atingir a média de 75%. Seguindo ao longo deste cenário 1, uma região que apresente 50% da média nacional atingiria a meta de 75% em 162 anos. Em comparação, a mesma região, com 30% do PIB nacional, se passar a crescer 1,005 vezes acima da média nacional, demoraria 183 anos para atingir a meta de 75%. Os dados podem ser observados no gráfico 2.

GRÁFICO 2

Estimativas comparativas do tempo necessário para se atingir 75% do PIB nacional com taxas de crescimento diferenciadas



Fonte: Contas Nacionais/IBGE.

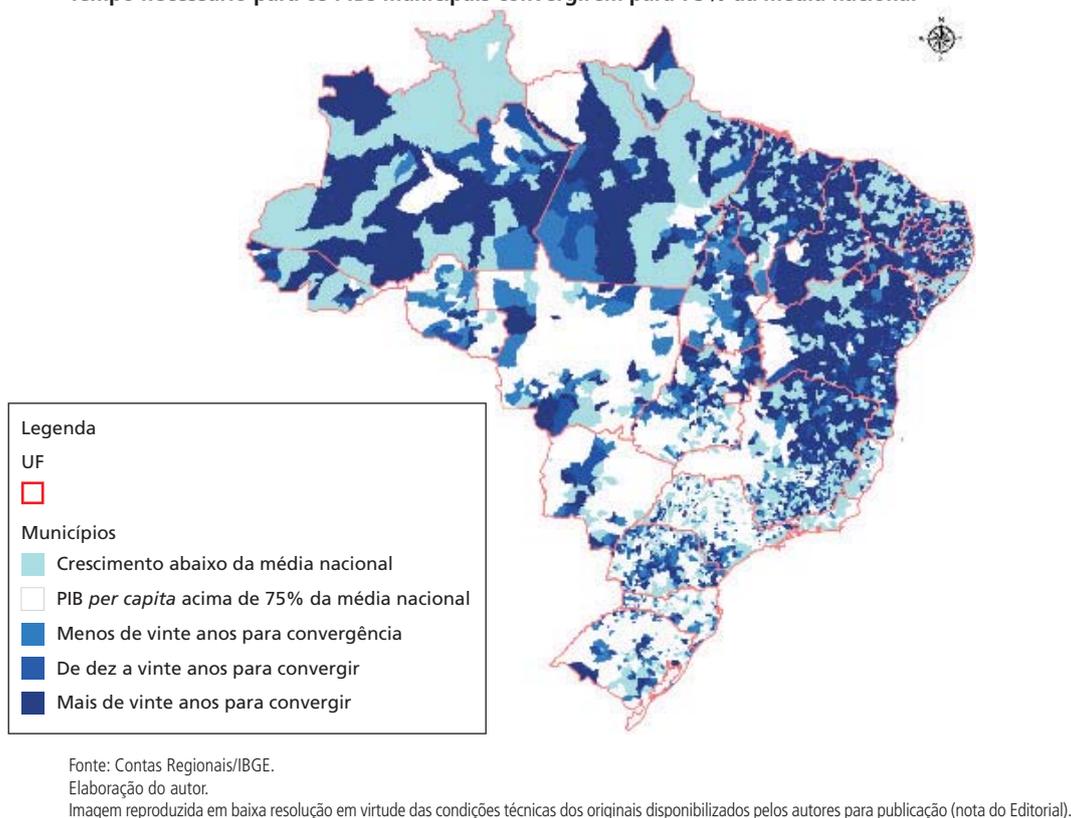
Elaboração do autor.

Obs.: cenário 1: crescimento de 0,25% acima da média nacional; cenário 2: 0,5% acima da média nacional; cenário 3: 1,0% acima da média nacional; e cenário 4: 1,5% acima da média nacional.

O mesmo exercício de se computar o tempo necessário para atingir o nível de 75% da média nacional pode ser feito em nível de município. O mapa 1 apresenta os resultados. As classes foram divididas em: municípios abaixo da média nacional e com crescimento abaixo da média nacional; municípios que já se encontram acima dos 75%; três faixas de tempo necessário para atingir a meta; abaixo de dez anos; entre dez e vinte anos; e acima de vinte anos. Interessante notar que quando se reduz a escala para o nível de município, pode-se constatar que o problema regional não se concentra apenas no Norte e no Nordeste. Ainda que existam diversos municípios, especialmente no semiárido, que levariam mais do que duas décadas para convergir, há estados como o Paraná, com regiões bastante deprimidas na região central, ou mesmo como o vale do Ribeira, em São Paulo, que se destaca com municípios que levariam muito mais de vinte anos para atingir a meta de 75% do PIB *per capita* nacional. Por outro lado, convém destacar as regiões de cerrado do Centro-Oeste e algumas áreas do Nordeste com municípios onde o PIB *per capita* já ultrapassou o valor de 75%.

MAPA 1

Tempo necessário para os PIBs municipais convergirem para 75% da média nacional



4 COMENTÁRIOS FINAIS

Este trabalho tomou a última década como referência, dado que tem sido apontada como uma década em que regiões menos desenvolvidas cresceram acima da média nacional. A partir deste cenário favorável, então, projetam-se os PIBs *per capita* destes territórios para o ano de 2022 e também o tempo necessário para que regiões periféricas atinjam o limite de 75% do PIB nacional, limite este considerado como objetivo de política regional na União Europeia. O Nordeste, por exemplo, mesmo se conseguir manter as taxas de crescimento acima da média nacional, levaria cinquenta anos para conseguir atingir a meta de 75% da renda nacional. Além disso, discute-se também a dinâmica em nível de municípios, aplicando o mesmo cálculo para os municípios brasileiros. Certamente, a discussão apenas do PIB *per capita* como medida de bem-estar é altamente questionável, contudo, o exercício realizado neste trabalho apenas ilustra, de forma simples, as dificuldades e o tamanho dos desafios em termos regionais. Além disso, deve-se lembrar que discussões interessantes sobre convergência de produtividade do trabalho com divergência em termos de PIB são resultados possíveis na literatura, como por exemplo o obtido por Combes *et al.* (2011).

REFERÊNCIAS

- BARRO, R.; SALA-I-MARTIN, X. **Economic growth**. Mcgraw-hill, 1996.
- COMBES, P.; LAFOURCADE, M.; THISSE, J.; TOUTAIN, J. The rise and fall of spatial inequalities in France: a long-run perspective. **Explorations in Economic History**, 48(2): 243-271, apr. 2011.

CRUZ, B. **Adoption cost, technological gap and public policies in a model with diffusion and embodied technology** [Mimeo], 2014.

FLEURBAEY, M. Beyond GDP: the quest for a measure of social welfare. **Journal of Economic Literature** 47(4): 41029–1075, 1 dec., 2009. doi:10.2307/40651532.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Duas décadas de desigualdade e pobreza medidas pela PNAD/IBGE. **Comunicados do Ipea n. 159**, 2013.

NERI, M. Desenvolvimento inclusivo sustentável? **Comunicados do Ipea n. 158**, 2012.

OLIVEIRA, C.; RODRIGUES JR. W. Crescimento econômico, convergência de renda e elementos espaciais. *In*: Cruz, B. *et al.* **Economia regional e urbana: teoria e métodos com ênfase no Brasil**. Ipea, 2011.

RAVALLION, M. Good and bad growth: the human development reports. **World Development** 25(5): 631-638. May, 1997. doi:10.1016/S0305-750X(96)00141-6.

RESENDE, G. **Avaliação de impactos regionais de políticas públicas no Brasil** (No prelo). Ipea, 2014.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. May, 1997. Disponível em: <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf>.